

REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO tendências e trajetória

JOSÉ MARCOS PINTO CUNHA

Resumo: Análise das transformações ocorridas a partir dos anos 80 que tiveram importantes conseqüências no processo de urbanização, nos sistemas urbanos e nos padrões de assentamentos humanos no Brasil, com ênfase especial ao desempenho do Estado e da Região Metropolitana de São Paulo neste processo. Para tanto, foram utilizados os dados dos Censos Demográficos de 1980 a 2000.

Palavras-chave: distribuição espacial da população; urbanização; migração interna; metropolização.

Abstract: An analysis of the transformation that occurred beginning in the 1980s and that had important consequences for the process of urbanization, in the urban systems and patterns of human settlement in Brazil, with special emphasis on the role played by the State and the Metropolitan Region of São Paulo in this process. Data from the Demographic Censuses of 1980 and 2000 were used for this purpose.

Key words: spatial distribution of the population; urbanization; internal migration; metropolitanization.

Assim como observado para quase toda a América Latina, a partir dos anos 80 as dinâmicas econômica, social e demográfica brasileiras passaram por significativas transformações que tiveram profundas implicações nos seus processos de redistribuição espacial da população e urbanização, sendo uma delas a interrupção do ímpeto concentrador que, durante décadas, caracterizou a dinâmica demográfica nacional.

Além disso, não apenas diversificaram-se as formas de assentamentos humanos, como também ganharam importância, na dinâmica demográfica nacional, novos espaços regionais e outros tipos de mobilidade populacional, com claras conseqüências nos padrões locais da população dentro e fora dos grandes centros urbanos, caracterizando, assim, uma relativa desconcentração demográfica. Em termos econômicos, a questão da desconcentração no Brasil também suscitou um cadente debate (Azzoni, 1986; Diniz, 1993; Pacheco 1998; Lencioni, 1996), cujas teses, sem negar a manutenção do papel do núcleo hegemônico nacional (São Paulo), diferiam tanto na intensidade quanto na abrangência espacial do fenômeno.

De qualquer maneira, o fato é que o país transformou-se. Estados da Região Sudeste, como São Paulo e Rio de

Janeiro, foram os que mais sofreram não apenas com a crise econômica, mas também com as novas tendências locais da atividade produtiva que, de uma forma ou de outra, também tiveram impactos sobre a redistribuição espacial da população.

A partir de análise dos dados censitários de 1970 a 2000, pretende-se mostrar que, embora real, a desconcentração demográfica, em particular desde as metrópoles, é apenas relativa e, mais que isso, praticamente circunscrita ao centro dinâmico do país situado no Sudeste brasileiro. Além disso, enfatizando o papel do conjunto das regiões metropolitanas nesse processo, são mostradas a força que o fenômeno metropolitano ainda tem sobre a dinâmica nacional e a forma como as características deste tipo de assentamento humano se repetem no país.

Finalmente, conclui-se este estudo com uma avaliação do papel do Estado e da Região Metropolitana de São Paulo nas tendências redistributivas observadas no Brasil. Com ênfase nas principais mudanças nos processos migratórios destas áreas, busca-se mostrar a importância que ainda hoje a dinâmica paulista possui sobre os rumos da mobilidade da população brasileira, mesmo considerando a situação de crise pela qual vem passando. O re-

crudescimento de certos fluxos migratórios, em particular aqueles originados no Nordeste, e a redução da diferença entre os crescimentos demográficos da metrópole e do interior, a despeito da continuidade das perdas migratórias líquidas da primeira para o segundo, são alguns dos aspectos relevantes revelados pelos dados do Censo Demográfico de 2000 e que marcam inequivocamente o papel central da Região Metropolitana de São Paulo para se entender processos inter e intra-estaduais.

REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO BRASIL

Os dados do Censo Demográfico de 1991, assim como os mais recentes de 2000, revelaram uma redução generalizada no ritmo do crescimento demográfico das regiões brasileiras, fruto não apenas da queda da fecundidade (de cerca de 4 filhos por mulher em 1980 para 2,3 no momento atual), mas também de alterações significativas nas tendências migratórias.

Para o conjunto da população nacional, observa-se que, de uma taxa de crescimento correspondente a 3,05% a.a. no período 1950-60, o país passou para 2,48% a.a. nos anos 70, diminuindo para 1,93% a.a. entre 1980 e 1991. De 1991 a 2000, a taxa de crescimento da população brasileira chegou a 1,62% a.a. (Tabela 1).

Quanto às regiões do país, o Norte destacou-se no período 1980-1991 por apresentar a taxa de crescimento populacional mais elevada (4% a.a.), demonstrando a importância da fronteira agrícola nos anos 80 como canalizadora de importantes fluxos migratórios para as áreas rurais, particularmente para os Estados de Rondônia

e Pará. Essa região também ganhou peso relativo na distribuição de sua população no total do País: respondia por 4,43% da população nacional em 1970, passando para 5,57% em 1980, e alcançando 6,53% em 1991.

Esse enorme crescimento populacional da Região Norte esteve condicionado, sem dúvida, aos fluxos migratórios que para lá se dirigiram do final da década de 70 até metade dos anos 80. Entretanto, como aponta Martine (1994), o ímpeto de ocupação da região reduziu-se significativamente, coincidindo com o fim de programas e subsídios governamentais, além de dificuldades operacionais e tecnológicas para desenvolver a região. De fato, entre 1991 e 2000, a taxa de crescimento da população do Norte diminuiu para 2,62% a.a., apesar de ser ainda a mais elevada entre as regiões.

No período 1980-91, as Regiões Nordeste e Centro-Oeste registraram taxas de crescimento da população (1,82% a.a. e 2,99% a.a., respectivamente) superiores às das Regiões Sudeste (1,76% a.a.) e Sul (1,38% a.a.).

No caso do Nordeste, a constituição de algumas “ilhas de produtividade” (Pacheco, 1998) com o dinamismo ligado ao Pólo Petroquímico de Camaçari (no Estado da Bahia), a implantação de novas plantas industriais em Estados como Ceará, Pernambuco e Bahia, as atividades turísticas, a agricultura irrigada para exportação, o emprego público, etc. ampliaram e diversificaram a estrutura econômica nordestina, contribuindo tanto para a absorção de uma população que potencialmente migraria, quanto para incentivar fluxos migratórios de retorno, oriundos principalmente do Sudeste (Cunha; Baeninger, 2000; Cano, 1998). Nota-se, no entanto, que nos anos 90 o crescimento demográfico nordestino teve uma das reduções mais pronunciadas do país, fato que, como se verá adiante, coincide com um incremento de sua emigração, fato, aliás, já denunciado por Cano (1998) ao reconhecer a redução dos impactos dos investimentos do II PND, além das crises na produção industrial, do setor público em particular nas maiores aglomerações.

Considerando a Região Centro-Oeste, o crescimento populacional relativamente elevado observado no período 1980-91 esteve condicionado à sua situação de fronteira agrícola, à dinamização das atividades agropecuárias voltadas para o complexo grãos/carne e também ao importante efeito das atividades de garimpo, que tiveram forte ação no processo de ocupação regional no final dos anos 80 até começo dos 90. Contudo, como se percebe na Tabela 1, este mesmo desempenho não foi repetido nos anos 90, uma vez que vários dos condicionantes de ocupação

TABELA 1
Taxa de Crescimento Médio Anual, segundo Grandes Regiões
Brasil – 1940-2000

Grandes Regiões	Em porcentagem					
	1940/ 1950	1950/ 1960	1960/ 1970	1970/ 1980	1980/ 1991	1991/ 2000
Brasil	2,35	3,04	2,89	2,48	1,93	1,62
Norte	2,30	3,40	3,47	5,02	3,85	2,86
Nordeste	2,23	2,12	2,40	2,16	1,82	1,31
Sudeste	2,11	3,11	2,67	2,64	1,76	1,61
São Paulo	2,40	3,50	3,30	3,50	2,02	1,79
Minas Gerais	1,50	2,33	1,49	1,54	1,48	1,42
Sul	3,19	4,14	3,45	1,44	1,38	1,42
Paraná	5,61	7,16	4,97	0,97	0,93	1,40
Centro-Oeste	3,30	5,45	5,60	3,99	2,99	2,38

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000.

anteriores – como subsídios governamentais para o processo de colonização e a atividade garimpeira – já não mais estavam presentes.

Na Região Sudeste percebe-se que, nos anos 90, sua taxa de crescimento demográfico continuou em queda, muito embora em ritmo bem inferior ao observado na década de 80, certamente em função da menor redução relativa da fecundidade e da migração. Há de se notar que, como sustenta Pacheco (1993), foi esta a região que mais sofreu os impactos do processo de reestruturação e desconcentração produtiva, uma vez que, particularmente no caso do Estado de São Paulo, detinha parcela significativa de produção e emprego industrial.

Para a Região Sul, o período 1980-1991 apresentou a menor taxa de crescimento populacional (1,38% a.a.), refletindo, em grande medida, sua taxa negativa de crescimento da população rural (-2,0% a.a.), devido ao grande êxodo rural do Paraná, que se iniciou nos anos 70 e se estendeu aos 80. Contudo, entre 1991 e 2000, a Região Sul apresentou uma significativa recuperação de seu crescimento demográfico, refletindo os efeitos do desempenho da atividade industrial, particularmente no caso do Paraná, que foi beneficiário importante do processo de desconcentração da indústria nacional. Como mostraram os dados, de fato, este Estado, após duas décadas de crescimento demográfico pífio, recuperou-se significativamente nos anos 90.

Distribuição Espacial da População e Urbanização

Como já se adiantou, a distribuição espacial da população brasileira esteve pautada, pelo menos até o início dos anos 80, pela progressiva concentração demográfica na Região Sudeste, sobretudo em São Paulo, e, em menor medida, pelo crescimento da importância relativa das regiões de fronteiras agrícolas. Desde 1950, o Sudeste concentra mais de 40% da população nacional, sendo que somente o Estado de São Paulo abrigou em média, no período, 19% dos brasileiros. Em termos das principais tendências entre 1950 e 2000, o que se observa é que apenas as Regiões Norte e Centro-Oeste aumentaram seus pesos relativos, comportamento que espelha a ocupação de suas áreas de fronteiras agrícolas e, no caso do Centro-Oeste, da ocupação progressiva e intensa do Distrito Federal e seu entorno.

A despeito de todos os movimentos de população ocorridos ao longo de várias décadas, na verdade, o padrão concentrador que sempre caracterizou a dinâmica demo-

TABELA 2
Distribuição da População Total, segundo Grandes Regiões
Brasil – 1970/2000

Grandes Regiões	Em porcentagem			
	1970	1980	1991	2000
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	4,43	5,57	6,83	7,62
Nordeste	30,18	29,25	28,94	28,12
Sudeste	42,79	43,47	42,73	42,62
Minas Gerais	12,34	11,24	10,71	10,54
Rio de Janeiro	9,66	9,49	8,70	8,49
São Paulo	19,09	21,04	21,47	21,84
Sul	17,71	15,99	15,08	14,79
Paraná	7,43	6,41	5,75	5,65
Centro-Oeste	4,89	5,72	6,42	6,85

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2000.

gráfica brasileira pouco tem se alterado, sobretudo quando se consideram as duas últimas décadas. De fato, de 1970 a 2000, poucas foram as modificações nos pesos relativos da população de cada um dos Estados (Tabela 2). Mesmo com uma ligeira diminuição relativa de sua população no total nacional (de 43,5% nos anos 70 para 42,6% em 2000), o Sudeste ainda detém o maior volume populacional do país. De maneira especial, percebe-se que, no caso do Estado de São Paulo, o seu peso relativo continuou aumentando, muito embora em ritmo bem menos acentuado, refletindo a redução do impacto da migração no seu crescimento demográfico.

Tendo em vista os diferenciais regionais de fecundidade ainda existentes no Brasil – com as áreas mais desenvolvidas do Sudeste e Sul registrando taxas de fecundidade, em média, 25% menores que as mais pobres –, pode-se deduzir facilmente que o efeito da migração foi decisivo nesse processo de distribuição espacial da população brasileira.

Pelo menos até os anos 70, impulsionada pela intensa imigração, a Região Sudeste, em particular o Estado de São Paulo, cresceu a taxas significativamente maiores que o país, fato não observado nos anos 80 e 90. A contrapartida para essa situação pode ser percebida pelo comportamento das taxas de crescimento das regiões historicamente “fornecedoras” de migrantes, como Paraná, Minas Gerais e o Nordeste. Nesses casos, constata-se que a diminuição das taxas de crescimento da população foi bem menor que no Sudeste ou mesmo no Brasil, o que mostra que a emigração sofreu uma significativa redução (Cunha; Baeninger, 2000). Contudo, isso não significa que

a evasão demográfica destas áreas tenha se esgotado, haja vista que as taxas de crescimento registradas para os anos 80 foram ainda muito baixas (Tabela 1).

Já o crescimento demográfico acima da média nacional apresentado pelas regiões Norte e Centro-Oeste mostra que ainda nos anos 80 e 90 essas áreas registraram saldos migratórios positivos, que certamente foram mais importantes na primeira região, em especial nos Estados de Roraima, Amapá e Amazonas, que ainda cresciam na última década a taxas elevadas, da ordem de 4,6%, 5,8% e 3,3% a.a., respectivamente.

A Migração Interestadual

Com base nos dados da Tabela 3, observam-se várias alterações na migração interestadual no Brasil na década passada. Em primeiro lugar, chama atenção que o volume de pessoas residindo há menos de dez anos nas várias Unidades da Federação aumentou significativamente, sugerindo, a princípio, um crescimento da mobilidade interna no país.

Esta visão geral deixa, contudo, de considerar comportamentos importantes, tais como:

- a redução significativa das perdas populacionais de Estados historicamente emissores de migrantes, como Minas Gerais e Paraná;
- o importante recrudescimento da emigração em vários Estados do Nordeste, particularmente Bahia, Piauí, Maranhão e Alagoas; nos demais chama também a atenção a manutenção dos patamares de perdas demográficas dos anos 80;
- em certo sentido como contrapartida do anterior, o incremento, nos anos 90, do volume de imigração registrado no Sudeste, não apenas em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro e Minas Gerais;
- o aumento da imigração no Centro-Oeste, processo este, contudo, visivelmente “desconectado” da fronteira agrícola, tendo em vista que tal comportamento deve-se muito mais à performance do Distrito Federal e de Goiás; no caso do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a tendência dos anos 80 de redução da imigração mantém-se; ainda nestes dois casos, a emigração do decênio 1990-2000 manteve os patamares elevados atingidos na década anterior, o que mostra a continuidade de um processo de desaceleração da ocupação da fronteira nestes Estados;
- a significativa recuperação dos volumes de imigração dos três Estados da Região Sul, acompanhada por uma redução ou certa estabilização das perdas populacionais.

Portanto, os diferentes ritmos de crescimento da população brasileira regional, apontados anteriormente, revelam que, a partir dos anos 80, ocorreram significativas mudanças no quadro migratório nacional, algumas já esperadas em função de tendências passadas, como o caso da fronteira e a recuperação da Região Sul, e outras, se não surpreendente, no mínimo, merecedoras de uma mais longa e ampla reflexão. Este é o caso do recrudescimento da migração nordestina justamente num momento em que as grandes transformações produtivas no país levavam a apostar num arrefecimento deste tipo de migração. Neste particular, vale lembrar reflexões como as de Cano (1995:131): “Sob o ponto de vista do nosso processo de urbanização, os efeitos da reestruturação produtiva sob a égide de políticas neoliberais serão igualmente danosos e complexos para a economia e a sociedade brasileiras. Com a reconcentração industrial e com a falta de empregos pouco qualificados que surgiriam, os fluxos migratórios inter-regionais, notadamente os originários do Nordeste e de Minas Gerais e orientados principalmente para São Paulo, diminuiriam ainda mais, fazendo com que os migrantes do mundo rural devessem ter guarida nas cidades médias e grandes da própria periferia nacional”.

De fato, tendo em vista a inequívoca redução das alternativas nas áreas de fronteira agrícola, bem como os impactos da crise econômica dos anos 80 e o processo de reestruturação produtiva sobre o aparato industrial, especialmente do Estado de São Paulo, era de se esperar uma redução dos movimentos populacionais interestaduais.

Na verdade, se, por um lado, o “fechamento” das fronteiras significou o estreitamento das possibilidades de redistribuição espacial da população no país, por outro, os processos de reestruturação econômica tiveram implicações decisivas na geração de emprego (e, por conseguinte, no crescimento do desemprego), na deterioração das relações de trabalho (Dedecca; Baltar, s.d.) e, consequentemente, nas possibilidades concretas de absorção dos migrantes, inaugurando o que Faria (1992) chamou de período de “mobilidade travada”. Nesta mesma linha de raciocínio, podem ser incluídas as hipóteses de Pacheco (1993:22) para quem “o bloqueio à mobilidade, representado pela redução do crescimento econômico, pode tanto ter incentivado uma menor migração em direção às principais metrópoles, como favorecido a migração de retorno”.

A relativa desconcentração industrial para Estados como Minas Gerais e Paraná, o crescimento da agricultura e agroindústria no Centro-Oeste e a consequente “urbanização da fronteira agrícola” também foram fatores que

TABELA 3
População com Menos de 10 Anos de Residência, por Condição Migratória, segundo Unidade da Federação
Brasil – 1970-2000

Unidades da Federação	1970/80		1981/91		1990/2000	
	Imigrante	Emigrante	Imigrante	Emigrante	Imigrante	Emigrante
TOTAL	9.587.459		10.614.223		12.478.790	
Norte	812.090	294.520	1.327.603	797.813	1.305.242	958.921
Rondônia	285.670	39.672	411.802	157.957	197.589	152.867
Acre	16.640	19.080	29.245	30.550	36.070	30.993
Amazonas	73.353	55.151	113.399	96.782	189.953	119.703
Roraima	18.300	4.122	62.579	13.526	87.975	23.283
Pará	395.378	165.773	508.412	340.289	475.891	451.819
Amapá	22.749	10.722	43.152	14.006	98.842	29.106
Tocantins	-	-	159.015	144.702	218.922	151.150
Nordeste	1.452.763	3.229.734	2.140.462	3.668.244	2.574.710	4.033.524
Maranhão	182.825	329.057	236.891	498.083	262.555	573.807
Piauí	92.677	227.224	161.234	287.566	196.658	320.115
Ceará	150.434	464.781	292.914	519.712	388.399	434.086
R.G. do Norte	99.802	167.322	159.248	165.447	174.915	152.213
Paraíba	124.518	363.650	208.521	356.296	245.653	364.182
Pernambuco	280.279	654.491	370.588	657.833	410.619	654.965
Alagoas	98.635	192.261	133.852	212.367	151.187	283.325
Sergipe	73.122	103.133	122.046	94.040	125.552	117.034
Bahia	350.471	727.815	455.169	876.900	619.172	1.133.797
Sudeste	4.921.007	3.243.050	4.322.510	3.331.922	5.236.890	3.407.631
Minas Gerais	613.732	1.218.957	797.879	1.016.120	910.447	887.733
Espírito Santo	201.156	204.985	269.063	197.134	296.248	180.482
Rio de Janeiro	855.230	531.360	576.399	623.739	775.806	549.872
São Paulo	3.250.889	1.287.748	2.679.169	1.494.930	3.254.389	1.789.544
Sul	923.255	1.884.734	1.151.959	1.649.104	1.522.397	1.353.429
Paraná	523.856	1.329.474	588.088	1.081.535	754.178	798.265
Santa Catarina	245.628	242.877	329.917	271.443	458.614	285.084
R.G. do Sul	153.771	312.383	233.954	296.126	309.605	279.080
Centro-Oeste	1.478.344	935.421	1.671.688	1.167.140	1.839.551	1.180.535
M.G. do Sul	292.914	224.978	262.612	237.424	236.030	206.103
Mato Grosso	326.148	151.093	541.742	244.438	420.296	249.423
Goiás	383.475	408.237	518.145	345.179	758.863	341.856
Distrito Federal	475.807	151.113	349.189	340.098	424.362	383.153

Fonte: IBGE. Censos Demográfico 1980, 1991 e 2000 (tabulação especial Nepo/Unicamp).

contribuíram para o redirecionamento de certos fluxos migratórios.¹

Não obstante as considerações anteriores e seus graus de validade ou veracidade, fica claro que parte das tendências reveladas pelo Censo Demográfico de 2000 no que se refere à mobilidade espacial da população ainda carece de melhor interpretação, especialmente ao se levar em conta que o processo migratório sempre tem “duas pontas”, ou seja, não

depende apenas da situação nos destinos, mas também nas origens. No caso do Nordeste, em particular, haveria que se considerar outros elementos que tenham atuado no sentido de, mesmo em condições pouco favoráveis nas áreas “atrativas”, sua emigração ter se incrementado.

Embora fuja do escopo deste artigo, algumas especulações poderiam ser feitas. Em primeiro lugar, deve-se considerar os impactos de certos problemas estruturais cujas

intensificações cíclicas ou sazonais podem agir de maneira mais aguda em certos momentos, como, por exemplo, a seca; outro elemento diz respeito às questões fundiárias, particularmente aquela relacionada à redução da pequena propriedade, que podem ter se agudizado em certas regiões;² finalmente, a crise, nos moldes do ocorrido no sudeste, também nas maiores aglomerações urbanas regionais, particularmente nas metropolitanas que, como se sabe, constituem importantes pontos de chegada para parte do contingente liberado no interior destes Estados.

Neste último caso, as considerações de Cano sugerem que, após um período de recuperação apoiado na maturação de investimentos e um processo de industrialização periférica, o Nordeste volta a apresentar maus resultados em termos de seu crescimento econômico, o que parece ter tido impacto no seu poder de retenção populacional, em especial no caso de suas maiores aglomerações urbanas. O autor sustentava, por um lado, que “os grandes investimentos do II PND, a partir de 1985, já haviam maturado, diminuindo assim seus impactos adicionais na periferia” (Cano, 1998:331) e, por outro, que o Nordeste teria perdido peso relativo na produção industrial entre 1985 e 1995, “principalmente pela continuidade do retrocesso de Pernambuco, pela crise de indústria química nacional, que também afetou a Bahia, e pela contração sofrida pelos setores Têxtil e Confecções em quase toda a região” (Cano, 1998:329).

O Processo de Urbanização

Apesar das mudanças nos fluxos migratórios interestaduais, o processo de urbanização brasileiro seguiu seu curso, impulsionado pelo êxodo rural sem precedentes dos anos 60 e 70, quando cerca de 13,5 e 15,6 milhões de pessoas, respectivamente, saíram da área rural (Camargo; Martine, 1984). Inclusive nos anos 80, pela primeira vez, a população rural brasileira reduziu-se em números absolutos. Nesse processo, o país chegou em 2000 com mais de 81% das pessoas vivendo nas cidades.

É interessante observar, no entanto, as diferenças internas existentes em algumas das regiões: no caso do Sudeste, registram-se situações como a do Rio de Janeiro e São Paulo, com 96% e 93% de população urbana, respectivamente, e a de Minas Gerais com 82%; no Centro-Oeste, as disparidades são ainda maiores, quando comparados o Distrito Federal (95,6%) e o Mato Grosso (79,4%). Evidentemente, tais situações se explicam pelas diferenças em termos das estruturas produtivas de cada Estado.

TABELA 4
Taxa de Urbanização, segundo Grandes Regiões
Brasil – 1950/2000

Grandes Regiões	Em porcentagem					
	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Brasil	36,2	44,7	55,9	67,6	75,5	81,2
Norte	31,5	37,4	45,1	51,7	59	69,9
Nordeste	26,4	33,9	41,8	50,5	60,7	69,1
Sudeste	47,5	57	72,7	82,8	88	90,5
Sul	29,5	37,1	44,3	62,4	74,1	80,9
Centro-Oeste	24,4	34,2	48	67,8	81,3	86,9

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1950 a 2000.

Um olhar mais pormenorizado do grau de urbanização da população brasileira permite apreciar um elemento que, no calor da interpretação e estudo do processo de urbanização brasileiro, acaba sendo negligenciado por boa parte dos estudiosos: a significativa parcela de população rural que ainda existe no país e sua importância relativa em âmbito regional.

Ainda hoje, no país, mais de 31,8 milhões de pessoas vivem no campo, sendo que quase metade desse total (46,4%) reside na Região Nordeste que, como já mencionado, tem sido historicamente a principal área de evasão demográfica do país. Além disso, em outros Estados, mesmo com pequena participação na população nacional, a importância do contingente rural é clara, por exemplo, no Acre e em Rondônia, na Região Norte (mais de 33%), ou no Piauí e Maranhão, no Nordeste (superior a 37%).

Mesmo nas regiões mais urbanizadas do país, alguns Estados se destacam pela parcela significativa de população rural, como Espírito Santo e Santa Catarina. Contudo, não se pode esquecer que parte significativa da população dita “rural” encontra-se, na verdade, dentro ou nas áreas de influência das grandes aglomerações urbanas e, portanto, pouco reflete a realidade do fenômeno rural, sendo em vários casos muito mais expressões da expansão urbana.

Entretanto, é interessante notar que a Região Centro-Oeste, a despeito de ter seu processo de ocupação intimamente ligado à expansão da fronteira agrícola, registra um elevado percentual de população urbana, mesmo quando se desconsidera o Distrito Federal que, como se sabe, justifica o grau de urbanização por sua função de capital administrativa do país. O fenômeno que vem sendo chamado de “urbanização da fronteira” (Ipea/IBGE/Nesur, 1999) espelha claramente a forma como a atividade agropecuária vem se estruturando há algumas décadas no país

e, infelizmente para a população rural e pequenos proprietários agrícolas, como prescinde destes últimos. De fato, nessa região, o setor terciário e a atividade industrial estão fortemente atrelados ao dinamismo agropecuário com reflexos importantes na configuração urbana regional, sendo, aliás, a única opção para boa parcela dos migrantes (Cunha, 2000b).

Um fato curioso se observa a partir da taxa de crescimento demográfico da população rural. Nesse caso, percebe-se que o crescimento mais intenso da população rural brasileira, nos anos 90, foi observado em duas áreas diametralmente opostas em termos de suas características econômicas, sociais e demográficas: nos Estados do Norte, como Amazonas, Acre e Rondônia, e em São Paulo e no Distrito Federal. Enquanto nos primeiros Estados tal comportamento se justificaria pela estrutura produtiva e forma de ocupação dos mesmos, nos últimos claramente os dados apresentados denunciam uma “anomalia” provocada, na verdade, pela natureza do dado coletado.³

Nesse sentido, hoje ainda há uma grande discussão sobre a natureza da urbanização brasileira, em particular sobre a forma como os assentamentos humanos são classificados pelas estatísticas oficiais. Como se sabe, a definição de urbano e rural no Brasil é ainda hoje uma matéria normativa, dependendo muito mais de decisões administrativas do que considerações substantivas do significado e função destas áreas. Ao que tudo indica, a importância do rural brasileiro ainda não pode ser bem avaliada pelos dados oficiais devido a, pelo menos, dois motivos: o primeiro deles é de ordem teórica, considerando-se as novas relações existentes entre a cidade e o campo; e o segundo é de ordem operacional, tendo em conta a forma como são classificadas, no Brasil, as áreas urbanas e rurais.

Veiga (2002:3), por exemplo, sustenta que o rural brasileiro é muito maior do que aquele apontado pelos dados do IBGE e esta subestimação deve-se à definição vigente de urbano no Brasil – com apenas algumas modificações, a mesma desde 1938 –, que “transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais”, e, portanto, “foram consideradas urbanas todas essas sedes, mesmo que não passassem de infimos vilarejos ou povoados”. Estes fatos, ainda segundo o autor, levaria a profundas distorções da rede urbana brasileira.

Além disso, há que se reconhecer que as diversidades regionais no país fazem com que os problemas derivados dessa dificuldade de mensuração não impliquem dificul-

dades de mensuração do fenômeno rural ou urbano sempre na mesma direção. Se, por um lado, como sustentam Elgler (2001) e Veiga (2002), o “rural” em várias partes do país fora do eixo industrial é muito maior que aquele mostrado pelos dados censitários, por outro, no contexto das grandes aglomerações urbanas o seu tamanho certamente é menor do que os dados sugerem.

Seja qual for o tamanho real da população urbana, pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que se urbanizou, a população brasileira também se concentrou espacialmente, muito embora com um grau de heterogeneidade regional menor que qualquer país da América do Sul. Em trabalho anterior (Cunha, 2001), pôde-se mostrar que o Brasil se diferencia em grande medida de países como Argentina, Chile e Uruguai, onde o peso da região metropolitana formada ao redor da capital do país chega a representar mais de 40% da população nacional.

A verdade é que, no Brasil, a maior região metropolitana (São Paulo), além de não ter se formado a partir da Capital Federal, responde por pouco mais de 10% da população total do país. Segundo Pacheco (1993:22), “o caráter relativamente desconcentrado do sistema urbano brasileiro se deve às origens históricas de seu processo de ocupação”, caracterizando-se pela formação de “uma rede de cidades dispersa, em comparação a outras experiências latino-americanas”.

Mesmo assim, e aceitando a existência, nas últimas duas décadas, de uma tendência de desconcentração relativa, a rede de cidades brasileira está muito longe de se caracterizar como “equilibrada”, uma vez que é patente a concentração da população nos municípios de maior tamanho.

Assim, em 2000, quase três quartos dos municípios brasileiros (com menos de 20 mil habitantes) respondiam por menos de 20% da população nacional, enquanto menos de 0,6% deles (aqueles com mais de 500 mil habitantes) abrigavam quase 30% dos brasileiros. Entre 1970 e 2000 o peso relativo dos municípios pequenos na população brasileira caiu de 32% para menos de 20%, enquanto o grupo que mais ganhou peso relativo foi o correspondente aos municípios médios (de 100 a 500 mil habitantes), que elevou sua participação de 14,5% para 23,4% nestas três décadas.⁴

Tomados em conjunto, os municípios com mais de 100 mil habitantes, embora representando apenas 4% do total, abrigavam em 2000 mais de 51% dos habitantes no país. Observando apenas os municípios “milionários” (0,24% do total de municípios e 20,27% da população nacional), nota-se que estes também aumentaram sua par-

ticipação, com exceção daqueles com mais de 5 milhões de habitantes (somente São Paulo e Rio de Janeiro), cuja expansão foi “apropriada” pelos municípios periféricos de suas respectivas áreas metropolitanas, ou por processos de desconcentração regional ou interiorização das respectivas populações estaduais.

Assim, embora os dados possam sugerir a existência no país de uma desconcentração desde as “megacities” em direção aos municípios médios e intermediários, no entender deste autor, tal conclusão necessita de alguns reparos ou, pelo menos, deve ser relativizada.

Primeiro porque esse fenômeno não necessariamente significa o fim ou redução da aglomeração demográfica em territórios específicos, já que boa parte dessa “desconcentração” acaba implicando o surgimento de outras – menores é bem verdade – concentrações urbanas; segundo porque parte significativa desta “perda” de peso relativo das “megacities” dá-se em favor de seus próprios “hinterlands” ou do interior de seus próprios Estados.

Portanto, deve-se reconhecer o caráter ainda pouco disperso deste processo, bem como o fato de que o termo “desconcentração/concentrada”, utilizado por Baeninger (1997) para descrever o caso do Estado de São Paulo, talvez pudesse ser aplicado para o caso das tendências atuais da rede urbana brasileira.

O Fenômeno Metropolitano

Como já se adiantou, a afirmação de existência de um processo de desconcentração demográfica desde as metrópoles no Brasil, com o conseqüente crescimento das localidades não metropolitanas, sobretudo as de tamanho médio (Baeninger, 2000a), embora inegável, acaba tendo que ser ao menos relativizada ao serem considerados os dados a partir da perspectiva do conjunto das áreas metropolitanas do país.

Considerando as RMs oficialmente instituídas no momento da realização do Censo 2000,⁵ constata-se que cerca de 50% do crescimento demográfico brasileiro (cerca de 11 milhões de pessoas) ocorreu dentro dessas aglomerações, que, inclusive, aumentaram sua participação relativa na população nacional na década de 90 em quase 1,3 ponto percentual (38,6% para 39,9%), ganho incrementado ainda mais quando se retiram do grupo São Paulo e Rio de Janeiro.

Além disso, como se percebe na Tabela 5, estas RMs abrigavam cerca de 40% dos municípios de 100 a 500 mil habitantes e quase dois terços daqueles entre 500 mil e 1

milhão de habitantes, categorias de tamanho que, como se mostrou, foram as que amealharam boa parte da desconcentração demográfica.

O que se pretende mostrar, na verdade, é que a realidade da desconcentração metropolitana é apenas visível, e também relativa, no grande centro econômico e demográfico do país, representado pelos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, fortemente afetados pela grave crise econômica que assolou o país nos anos 80. Uma das conseqüências foi a redução significativa do crescimento de suas áreas metropolitanas, em função de uma redução importante da imigração e também de um aumento da emigração intra e interestadual.

Assim, pode-se dizer que, a não ser no caso dos Estados anteriormente mencionados, o processo de metropolização brasileiro continuou com significativo fôlego no resto do país. No contexto de uma pequena, mas, segundo Pacheco (1998), efetiva desconcentração econômica e da crise e reestruturação da economia paulista, os anos 80 e 90 presenciaram a emergência e/ou consolidação de várias outras regiões metropolitanas que, como Curitiba (Estado do Paraná), Belo Horizonte (Estado de Minas Gerais), ou algumas áreas do Nordeste como Salvador (Bahia), Recife (Pernambuco) e Fortaleza (Ceará), acabaram abrigando parcela significativa dos fluxos migratórios que potencialmente poderiam dirigir-se para o centro dinâmico nacional.

A Tabela 6, que traz as dez principais Regiões Metropolitanas, permite observar a evolução do crescimento demográfico das mesmas e constatar o que foi dito até aqui. Basta observar o comportamento das duas principais áreas metropolitanas do país (São Paulo e Rio de Janeiro) para perceber que tanto a redução do crescimento da população metropolitana no Brasil como a perda

TABELA 5
Participação dos Municípios das Regiões Metropolitanas Oficiais e suas Respectivas Populações no Conjunto de Municípios Brasileiros, segundo Faixas de Tamanho
Brasil – 1991-2000

Tamanho dos Municípios	Em 1.000 hab.			
	1991		2000	
	Municípios	População	Municípios	População
100 a 1.000	40,7	47,6	42,7	50,4
100 a 500	37,7	40,1	40,4	43,6
500 a 1.000	73,3	69,4	66,7	72,0

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

TABELA 6
População Residente e Taxa Média Anual de Crescimento Demográfico
Regiões Metropolitanas – 1980-2000

Região Metropolitana	População (N ^{os} Absolutos)			Taxa de Crescimento (%)				Porcentagem na População Nacional		
				1980/91		1991/2000		1980	1991	2000
	1980	1991	2000	RM	Estado	RM	Estado	1980	1991	2000
Total	36.099.417	45.112.785	53.243.381	2,05	-	1,88	-	30,32	30,71	31,45
São Paulo (SP)	12.588.749	15.444.941	17.627.965	1,88	2,12	1,49	1,78	10,57	10,51	10,41
Rio de Janeiro (RJ)	8.772.277	9.814.574	10.871.970	1,03	1,13	1,15	1,31	7,37	6,68	6,42
Belo Horizonte (MG)	2.618.801	3.445.574	4.331.180	2,53	1,48	2,60	1,99	2,20	2,35	2,56
Curitiba (PR)	1.489.351	2.051.307	2.725.505	2,95	0,98	3,24	1,39	1,25	1,40	1,61
Porto Alegre (RS)	2.305.552	3.051.575	3.715.430	2,58	1,48	2,23	1,21	1,94	2,08	2,19
Distrito Federal	1.557.211	2.161.709	2.851.557	3,03		3,15	2,77	1,31	1,47	1,68
Belém (PA)	1.021.473	1.401.305	1.794.981	2,92	3,64	2,81	1,99	0,86	0,95	1,06
Fortaleza (CE)	1.592.665	2.325.300	2.974.915	3,50	1,70	2,80	1,72	1,34	1,58	1,76
Recife (PE)	2.386.600	2.919.979	3.331.552	1,85	1,35	1,49	1,17	2,00	1,99	1,97
Salvador (BA)	1.766.738	2.496.521	3.018.326	3,19	2,08	2,15	1,09	1,48	1,70	1,78

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

de seu peso relativo espelham basicamente o que aconteceu nessas regiões.

De fato, embora outras RMs tenham apresentado uma pequena redução de seus crescimentos demográficos e Recife tenha perdido peso relativo na população nacional, foi sem dúvida naquelas duas áreas que a dinâmica metropolitana foi mais abalada. A maioria das demais RMs experimentou ainda nos anos 90 um significativo crescimento demográfico e, por conseguinte, incrementou sua participação na população brasileira, o que mostra o caráter “localizado” do processo de desconcentração metropolitana no país.

Desta forma, conclui-se que a desconcentração metropolitana no Brasil é apenas “relativa” e um fenômeno vigente somente em parte da Região Sudeste. Mesmo assim, os dados mostram que boa parte dessa desconcentração ocorre no interior dos próprios Estados. No Estado de São Paulo, em 1980, 50,3% da população residia em municípios metropolitanos, enquanto em 1991 e 2000, esta cifra se reduziu para 48,9% e 47,7%, respectivamente.⁶ No Rio de Janeiro, para esses mesmos anos, os valores foram 77,8%, 76,6% e 75,7%.

Metropolização e “Periferização”

No Brasil, o fenômeno da metropolização teve como corolário um marcante processo de “periferização” de boa parte da população nacional. De fato, a maioria das regiões metropolitanas brasileiras havia apresentado, no pe-

ríodo 1970-80, taxas de crescimento mais elevadas em seus municípios periféricos.⁷ Nos anos 80, a despeito do processo de desconcentração populacional e do fato de as sedes metropolitanas terem registrado decréscimos em suas taxas de crescimento populacional, o processo de periferização intensificou-se ainda mais, com os municípios não centrais exibindo taxas elevadas e superiores às do núcleo metropolitano (Gráfico 1).

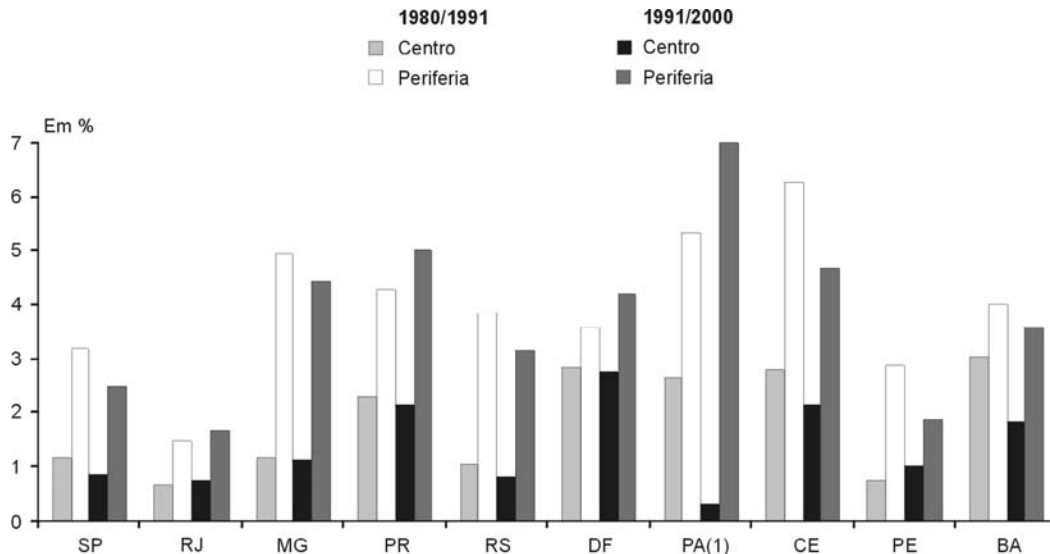
Assim, embora existindo diferenças importantes entre os “momentos” em que se encontra cada uma das RMs em termos da expansão de suas periferias, a verdade é que em todas elas o processo de “espraiamento” do centro principal é notável e progressivo.

No plano interno dos Estados, a dinâmica demográfica dessas áreas apresentou características bastante peculiares, sendo que, ao longo do tempo, observou-se um crescimento cada vez mais intenso das áreas periféricas em detrimento das zonas centrais. Estudos realizados a esse respeito (Cunha, 2000a; Lago, 1998; Matos, 1995; Rigotti, 1994) mostraram que, além do maior crescimento vegetativo da periferia em função de maior fecundidade da população de baixa renda, o grande crescimento das áreas mais distantes ao centro esteve estreitamente associado com a migração intrametropolitana de pessoas predominantemente dos estratos sociais mais baixos.

Há que se reconhecer que, não obstante o crescimento mais intenso das zonas periféricas, esse diferencial não

GRÁFICO 1

Taxa de Crescimento da População no Centro e na Periferia
Regiões Metropolitanas Seleccionadas – 1980-2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

(1) Para a Região Metropolitana do Pará, o valor real para o crescimento da periferia, em 1991/2000, é 14,3%, contudo, este não foi considerado de modo a tornar a escala do gráfico mais adequada para visualização dos demais dados.

implicou necessariamente uma redução considerável da primazia do município central em relação aos periféricos em muitas das regiões. Na verdade, ainda em 2000 nas RMs nordestinas, com exceção de Recife, mais de 70% da população regional estava concentrada no município central, o mesmo ocorrendo no Paraná, no caso da região de Curitiba, e também no Distrito Federal/Entorno, onde a capital nacional representava 71% da população dessas áreas. Tal primazia era menos intensa nas Regiões Sudeste e Sul.

É bom que se reconheça, no entanto, que, em função da natureza dos dados aqui analisados, pelo menos no que tange à sua dimensão espacial, o processo de expansão demográfica/espacial da metrópole é captado apenas parcialmente. Os dados organizados em âmbito municipal fazem com que a análise simplifique muito a realidade do tecido urbano, uma vez que se restringe às divisões administrativas que, como se sabe, são totalmente arbitrárias quando se trata de áreas altamente integradas e, em grande medida, conurbadas, como as observadas em uma aglomeração metropolitana.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E URBANIZAÇÃO: O PAPEL DO ESTADO E DA RMSP NO CENÁRIO NACIONAL⁸

Como fica claro na análise até aqui realizada, o papel do Estado de São Paulo e, em particular, de sua principal região metropolitana, no processo de redistribuição espacial da população brasileira, foi e continua sendo a chave para o entendimento da dinâmica nacional neste particular. Como se notou, mesmo tendo sofrido fortes impactos do processo de desconcentração econômica, do surgimento de algumas “ilhas de produtividade” (Pacheco, 1998) e efeitos de investimentos nas áreas periféricas do país (Cano, 1998), São Paulo tem aumentado lenta mas progressivamente o seu peso relativo na população nacional, chegando, em 2000, a abrigar mais de um quinto dos brasileiros em seu território, metade dos quais vivendo em sua principal região metropolitana.

Particularmente ao longo dos anos 90, parece que o Estado ressurgiu no cenário nacional como uma renovada capacidade de atração demográfica, a despeito da conti-

nuidade da queda de seu crescimento demográfico e do seu pífio desempenho em termos do crescimento econômico e do seu mercado de trabalho.

Mesmo antes de serem liberados os dados do Censo 2000, já existiam claras evidências da continuidade da redução do crescimento demográfico do Estado e da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, que se justificavam, por um lado, pela manutenção da queda da fecundidade e, por outro lado, pela expressiva redução de fluxos imigratórios tradicionais, como os de Minas Gerais e Paraná e, em menor medida, do Nordeste (Cunha; Baeninger, 2000).

De fato, como mostram os dados da Tabela 7, o crescimento médio anual do Estado e de sua principal região metropolitana, nos anos 90, continuou sua escalada de descenso, chegando a níveis próximos a 1,8% ao ano. Claro que este crescimento não reflete a heterogeneidade observada na comparação entre “metrópole” e “interior” e muito menos entre “município central” e “periferia”. Como se nota, particularmente nesse último caso, há uma visível diferença entre o que foi a dinâmica demográfica de ambos os subespaços.

Percebe-se que, enquanto o Município de São Paulo cresceu, na década de 90, a menos de 1% a.a., a periferia metropolitana ainda mostrava grande pujança, alcançando níveis de incremento demográfico da ordem de 2,8% a.a., fato que, como já se comentou, reflete a continuidade do processo de expansão da mancha metropolitana que incorpora espaços cada vez mais distantes.

Já na comparação entre área metropolitana e interior, embora se perceba uma superioridade deste último em termos do ritmo de crescimento demográfico apresentado ao longo dos vinte anos considerados na tabela, fica patente o fato de que o nível da discrepância verificada, nos anos 80, reduziu-se bastante na década seguinte. Assim, enquanto a RMSP crescia a pouco menos de 1,7% a.a., as

demais regiões no seu conjunto expandiram-se não mais que 2%, fato que, se não descaracteriza a continuidade da pequena, mas progressiva, desconcentração demográfica fruto do processo de interiorização do Estado (Cano; Pacheco, 1992; Baeninger, 2000b), no mínimo sugere uma redução do seu ímpeto.

Uma análise dos dados recentes sobre migração divulgados pelo IBGE permite, de certa forma, entender a tendência anterior, uma vez que mostram um recrudescimento da migração para o Estado de São Paulo e, em particular, para a sua mais importante região metropolitana.

Estes dados apontam para uma certa recuperação do poder atrativo pelo menos do Estado de São Paulo e, particularmente, de sua principal Região Metropolitana. Cálculos elaborados pela gerência de estudos populacionais da Fundação Seade já haviam mostrado que a migração líquida do Estado e da RMSP tinha sofrido, nos anos 90, uma clara inflexão em sua tendência a declínio: “Na década de 90, a recuperação migratória do Estado de São Paulo deve-se, em grande medida, às tendências verificadas na Região Metropolitana. Comparativamente aos anos 80, a RMSP mostrou recuperação das perdas migratórias, revertendo o saldo anual migratório negativo da ordem de -26 mil pessoas, registrado entre 1980 e 1991, para um saldo anual positivo de 24 mil pessoas, na última década” (Perillo, 2002:2).

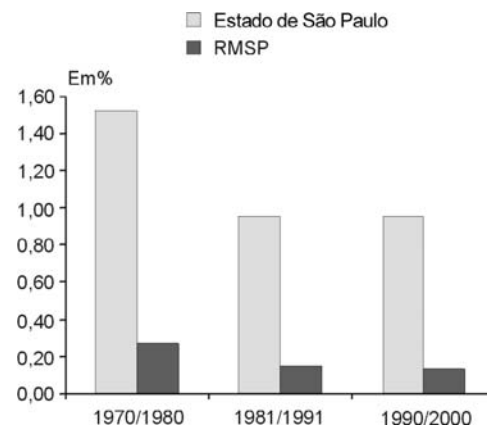
De fato, os dados são claros. Mesmo não tendo sido suficiente para aumentar a sua taxa média anual de imigração (Gráfico 2), o contingente de imigrantes recebi-

TABELA 7
População Residente e Taxa Média de Crescimento Anual
Estado de São Paulo – 1980-2000

Regiões	População Residente			Taxa de Crescimento	
	1980	1991	2000	80/91	91/00
Estado de São Paulo	25.042.074	31.588.925	37.032.403	2,12	1,83
Região Metropolitana de São Paulo	49,21	47,86	47,22	1,86	1,68
Município de São Paulo	33,23	29,93	27,60	1,15	0,92
Outros Municípios	15,98	17,93	19,62	3,20	2,85
Interior	51,72	53,00	53,89	2,36	1,97

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000; Fundação Seade.

GRÁFICO 2
Taxa Média Anual de Imigração
Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo – 1970/2000



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

TABELA 8

Pessoas Não-Naturais e Residentes há Menos de 10 Anos no Estado de São Paulo, por Período de Migração, segundo Residência Anterior
Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo – 1970-2000

Região de Residência Anterior	Estado de São Paulo			Região Metropolitana de São Paulo		
	1970/80	1981/91	1990/2000	1970/80	1981/91	1990/2000
TOTAL	3.325.430	2.774.245	2.927.147	2.253.327	1.641.718	1.690.265
Norte	24.911	59.555	58.446	17.552	28.314	26.071
Nordeste	1.381.697	1.362.859	1.672.647	1.181.358	1.085.308	1.231.954
Piauí	58.315	80.976	109.354	52.451	68.894	86.079
Alagoas	96.893	94.287	142.461	79.481	68.419	96.417
Ceará	175.062	191.384	163.811	52.451	68.894	86.079
Pernambuco	366.585	327.338	331.071	79.481	68.419	96.417
Bahia	447.928	443.439	652.208	387.478	355.215	483.370
Sudeste	811.478	628.732	530.762	490.488	299.877	228.377
Minas Gerais	661.652	482.124	411.584	392.596	216.622	166.500
Sul	854.935	500.527	406.353	418.188	140.746	105.105
Paraná	799.053	446.634	347.392	379.719	111.761	76.689
Centro-Oeste	165.346	166.112	168.239	73.212	44.041	44.873
Outros (1)	87.062	56.460	90.700	72.529	43.432	53.895

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000. Tabulações Especiais, Nepe/Unicamp.
(1) Incluem estrangeiros e sem declaração.

dos por São Paulo, na década de 90, foi bem maior que aquele registrado nos anos 80; o mesmo pode ser dito com relação à RMSP.

Constata-se, com os dados mais recentes do Censo 2000, que tanto o Estado quanto a RMSP experimentaram um recrudescimento de seus volumes de imigração, para o que contribuíram decisivamente os fluxos originários no Nordeste, em especial nos tradicionais Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, além do Piauí e Alagoas.

Como explicitado em outro estudo (Dedecca; Cunha, 2002), é bastante curioso o fato de que tal incremento da imigração interestadual justamente se dê em uma década em que as condições em termos econômicos, em especial do mercado de trabalho no Estado e, particularmente, na RMSP, não levariam a sugerir a ocorrência de tal fenômeno.

Assim, ao mesmo tempo em que se pode afirmar que dificilmente o Estado de São Paulo volte a apresentar uma performance migratória como no auge de seu crescimento econômico, é arriscado prever em que medida esta inflexão possa ser sustentada ao longo do tempo. Na verdade, para uma análise mais profunda dessa questão, tam-

bém devem ser considerados os condicionantes que até então, teoricamente, vinham reduzindo os fluxos em direção a São Paulo e incrementado a emigração, particularmente a de retorno (Cunha; Baeninger, 2000): desemprego, precarização do trabalho, empobrecimento, etc.

Entretanto, tampouco se observam, nas áreas tradicionalmente de evasão, grandes modificações que implicassem o aumento de seus poderes de retenção, sobretudo após a maturação de vários investimentos lá realizados nas áreas industriais, petroquímica, etc. (Cano, 1998); em especial, haveria de se perguntar em que medida o efeito da crise nas regiões metropolitanas ou maiores aglomerações dos Estados emissores também não estariam contribuindo para uma redução do poder de fixação dos migrantes nativos. Também não se pode perder de vista que o “fechamento das fronteiras” é uma outra realidade que tem contribuído para a redução das alternativas dos migrantes no país, incrementando, portanto, a procura pelos maiores centros ou aglomerações urbanas do país.⁹

Assim, pode-se dizer que, embora os dados registrem uma certa recuperação demográfica do Estado e da Região Metropolitana de São Paulo, ainda é muito cedo para

TABELA 9

Volume e Taxa Média Anual de Migração Líquida
Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo – 1970-2000

Área Geográfica	Saldos Migratórios Médios Anuais			Taxa Média Anual de Migração Líquida		
	1970/ 1980	1980/ 1991	1991/ 2000	1970/ 1980	1980/ 1991	1991/ 2000
	Estado de São Paulo	228.700	50.584	147.443	1,07	0,18
RM de São Paulo	229.576	-26.405	24.399	2,22	-0,19	0,15
Município de São Paulo	114.395	-68.578	-50.824	1,59	-0,76	-0,51
Outros Municípios	115.181	42.173	75.223	3,66	0,86	1,14

Fonte: Fundação Seade.

se apostar numa tendência consistente e continuada. Em todo caso, é sempre importante se ter em conta que autores como De Mattos (2001), analisando o caso de Santiago de Chile, mostram que esta tendência à reconcentração nas metrópoles primazes¹⁰ já é uma realidade em alguns países e se justifica, em outros elementos, pelas grandes transformações pelas quais passam estes países em termos de reestruturação produtiva, inserção no mercado global, etc. No entanto, não é isso que os dados parecem sugerir para São Paulo.

É verdade que a RMSP, nos anos 90, não apenas reduziu – ou interrompeu – abruptamente a trajetória de perdas demográficas à qual vinha sendo submetida, mas também, em certo sentido, até se recuperou ao apresentar taxa de migração líquida positiva (Tabela 9). Contudo, ao se observarem outros dados, fica claro que esta recuperação está muito mais vinculada ao recrudescimento da imigração interestadual, em particular de nordestinos, do que a um possível movimento de reconcentração que, neste caso, deveria envolver não apenas Estados que se beneficiaram do processo de dispersão de décadas anteriores, como Paraná e Minas Gerais, mas também do interior do próprio Estado.

Como se percebe na Tabela 10, assim como ocorria nos anos 80, a metrópole continua a amargar perdas populacionais nas trocas migratórias intra-estaduais. Assim, se, por um lado, ela ainda respondia por cerca de 58% de imigração proveniente de outros Estados na década de 90 (74% no caso da migração nordestina), por outro, sua perda líquida para outras regiões do Estado de São Paulo mantinha-se em patamares significativos da ordem de mais de 320 mil pessoas.

Em suma, o que fica claro dos dados sucintamente analisados nesta seção é que o Estado de São Paulo e sua prin-

TABELA 10

Volume de Migrantes Maiores de Cinco Anos de Idade e Taxa Média Anual de Migração, segundo Fluxos Migratórios
Região Metropolitana de São Paulo – 1986/91 – 1995/00

Fluxos Migratórios	1986/1991		1995/2000	
	Volumes	Taxas	Volumes	Taxas
Do Interior	110.391	0,04	128.866	0,04
Para o Interior	382.728	0,13	468.296	0,14
Trocas (1)	-272.337	-0,09	-339.430	-0,10

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

Tabulações Especiais, Nepo/Unicamp.

(1) Trocas negativas significam perdas líquidas para a RMSP no intercâmbio com o Interior.

cipal região metropolitana incrementaram, nos anos 90, suas posições como destinos preferenciais para novas levadas de migrantes, em particular aqueles provenientes do Nordeste. Neste sentido, fica evidente que a RMSP continua a ser a principal porta de entrada de migração externa no Estado, muito embora seu papel como âmbito intra-estadual, aparentemente, pouco tenha se modificado com relação ao que já se assistia na década de 80.

À GUIA DE CONCLUSÕES

Após algumas décadas marcadas por grande crescimento e concentração econômica e populacional, a partir dos anos 80, o Brasil passou por grandes transformações, atingido por uma forte crise e pelas tendências de reestruturação e desconcentração produtiva que afetaram de maneira significativa seu centro mais dinâmico localizado no Sudeste.

Também coincidindo com um período de forte redução das oportunidades nas áreas de fronteiras agrícola, à população brasileira somente restou urbanizar-se ainda mais, muito embora com clara tendência a uma dispersão relativa ao longo do território, o que beneficiou não apenas as emergentes aglomerações metropolitanas do país, mas também os municípios de porte intermediário no interior dos Estados, em detrimento do centro hegemônico.

Dentro deste quadro, o sistema urbano brasileiro tornou-se ainda mais complexo, apresentando, em termos espaciais, novas e diversificadas modalidades de assentamentos humanos. Modificaram-se claramente as relações entre urbano e rural, surgiram novas territorialidades, intensificaram-se ou ganharam importância relativa os movimentos de mais curta distância, em particular os de tipo urbano-urbano, e ampliaram-se as alternativas de ocupação econômica e demográfica.

No âmbito dos estudos populacionais, questões como a pendularidade (*commuting*), a segregação ou segmentação socioespacial, o espraiamento urbano, a interiorização da população, etc. começaram a despertar os interesses que, durante as décadas anteriores, estiveram muito mais voltados para a migração rural-urbana e de mais longa distância e suas conseqüências.

De um lado, a partir de uma análise que privilegiou os aspectos relativos ao crescimento e redistribuição populacional, a constituição da rede de cidades e o papel das RMs no processo de urbanização brasileiro, este estudo sustentou que, a despeito dos claros indícios de desconcentração demográfica, mais que “desmetropolizar”, o período pós anos 80 parece ter reforçado ou disseminado o fenômeno metropolitano em outras regiões de seu território – em certa medida, à custa da crise do Sudeste – e, com ele, todas as questões próprias desta forma de assentamento: “periferização”, empobrecimento e precarização do trabalho, segmentação socioespacial, etc.

Não obstante deva-se reconhecer que o padrão concentrador que dominou a história de ocupação do território brasileiro tenha perdido seu ímpeto após os anos 80, é importante não perder de vista que boa parte da população brasileira ainda vive e se reproduz em grandes aglomerações urbanas. Esse fato, que se desprende claramente da análise quantitativa dos dados, faz com que a desconcentração sugerida pela redução do crescimento das grandes metrópoles do Sudeste deva ser considerada apenas relativa, parcial e muito localizada em termos regionais.

De outro lado, em um primeiro e sucinto escrutínio dos dados sobre migração disponível no Censo 2000, mostrou-se que, ao mesmo tempo em que se observou um aumento da mobilidade interestadual da população na década de 90, também ficou caracterizado um recrudescimento da emigração de áreas historicamente emissoras de população, como o Nordeste, tendo como contrapartida uma certa recuperação dos volumes de imigrantes que chegavam ao Sudeste, em especial a São Paulo.

Embora este Estado não tenha sido o único a se beneficiar do incremento de emigração nordestina, já que o Distrito Federal e Goiás (muito provavelmente a RM de Goiânia e o entorno de Brasília) também registraram aumentos significativos dos seus volumes de imigração, não resta dúvida que o fenômeno experimentado por São Paulo, no mínimo, contradiz a clássica associação entre migração e trabalho (Dedecca; Cunha, 2002), uma vez que ocorre em um período de péssimo desempenho regional neste particular. Muito provavelmente esta relação estaria se des-

locando para uma associação com a riqueza (ou renda) existente em São Paulo, o que permitiria ao migrante garantir sua reprodução social ainda que em condições extremamente precárias quanto à sua inserção produtiva (Cunha; Dedecca, 2000).

Assim, este comportamento sugere que, mais do que as oportunidades de São Paulo, a migração estaria sim refletindo a exaustão dos impactos de investimento em vários Estados nordestinos, em especial em suas maiores aglomerações urbanas e, portanto, das oportunidades lá existentes. Do mesmo modo, o quase “fechamento das fronteiras” também poderia ser mencionado como fator de restrição em termos das alternativas migratórias.

Não se pode perder de vista que, a despeito do aumento de imigração, a emigração desencadeada em São Paulo também sofreu um incremento nada desprezível, sugerindo que a hipótese da circulação¹¹ ainda se sustenta diante dos mais recentes dados censitários.

É neste quadro que a RMSP, após uma década de retração relativa, volta a apresentar ganhos populacionais líquidos e a reduzir sua distância com relação ao crescimento demográfico do interior paulista. Embora muito sugestivo e evidente, tal comportamento não pode ser considerado uma mudança radical naquilo que se vinha sendo constatado na década anterior. Em primeiro lugar porque, com relação aos processos interestaduais, tanto esta região quanto o Estado não recuperaram seu poder de atração com relação àqueles Estados que mais se beneficiaram com o processo de desconcentração industrial, ou seja, Paraná e Minas Geras; em segundo lugar porque, como se mostrou, nos anos 90, a metrópole paulista não apenas repetiu perdas líquidas migratórias em suas trocas com o interior, como também as incrementou, muito embora em termos relativos (ou seja, quanto às taxas) esse aumento tenha sido praticamente desprezível.

Enfim, ao mesmo tempo em que os dados não deixam dúvidas quanto ao crescimento da imigração para São Paulo, eles não configuram definitivamente claras e nítidas mudanças no processo migratório estadual, seja porque os fluxos predominantes não se modificaram, seja porque as perdas populacionais via emigração sofreram um importante incremento.

Se houve mudanças, certamente estas não ocorreram no “padrão migratório” nacional, mas sim nas condições específicas das principais áreas de origem dos movimentos. Não se pode esquecer, no entanto, que várias outras questões emergem contemporaneamente no nível intra-estadual ou intra-regional: configuração de novos

subespaços e de novas relações entre o rural e o urbano; surgimento de formas diversificadas de mobilidade populacional e de assentamentos humanos; processos complexos de diferenciação socioespacial; etc. Entretanto, estas seriam motivos para outras reflexões.

NOTAS

1. Uma discussão mais detalhada sobre as transformações econômicas no Brasil nas últimas décadas, bem como seus impactos sobre o processo de urbanização, pode ser encontrada em Ipea/IBGE/Nesur (1999).
2. Em trabalho recente sobre a migração em Sergipe, Oliveira (2003:64) considera a questão da modificação da estrutura fundiária como importante para se entender, ainda nos anos 90, a situação migratória estadual.
3. Para uma discussão mais detalhada desta questão ver Cunha (2003).
4. A análise da rede de cidades no Brasil torna-se mais complexa pelo grande número de desmembramentos municipais ocorridos nos anos 80 e 90. Nesse período, mais de 2.000 novos municípios foram criados, sendo os seus territórios subtraídos de outros municípios mais antigos. De forma a minorar esse problema, os dados aqui analisados consideram os desmembramentos ocorridos e reconstituem a população, para 1970 e 1980, dos municípios criados até 1991. Infelizmente não se pode completar esta reconstituição até o ano 2000 por falta da informação necessária. Estes dados somente foram possíveis graças ao esforço conjunto do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (Nesur) e Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Unicamp.
5. No Brasil a constituição das Regiões Metropolitanas é determinada por legislação estadual. Assim sendo, não há necessariamente um padrão para determinar as condições necessárias para que uma aglomeração urbana seja dessa maneira rotulada. Para que se tenha uma idéia, hoje no país existem oficialmente mais de 20 destas áreas, completamente heterogêneas em termos de composição, tamanho e função. Além disso, Estados como São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina possuem mais de uma RM em seus territórios.
6. Sobre o processo de “interiorização” no Estado de São Paulo, ver Baeninger (2000a), Ipea/IBGE/Nesur (1999) e Fundação Seade (1992).
7. Núcleo é o município-sede da área metropolitana ou região e periferia compreende os demais. Admite-se, contudo, que esse procedimento implica uma grande simplificação da realidade, tendo em vista a heterogeneidade interna dos municípios e a possibilidade da existência de aglomerações policêntricas, como certamente é o caso da RM de São Paulo.
8. Esta seção se beneficia de reflexões já realizadas em outro estudo (Dedecca; Cunha, 2002) e em sua revisão elaborada em 2003.
9. Além de São Paulo, os dados do Censo 2000 também mostram nitidamente o incremento da imigração em direção ao Distrito Federal e seu entorno.
10. Na verdade, o grau de primazia de metrópoles como Santiago, Buenos Aires, Montevidéu, etc. em relação ao restante da rede urbana nacional é imensamente maior que o caso da RMSP em relação ao Brasil.
11. Esta hipótese, sugerida em Cunha e Baeninger (2000), considera que somente um processo de contínuo ir e vir poderia explicar a coexistência de altos volumes de imigração e emigração, particularmente no caso dos fluxos envolvendo São Paulo e o Nordeste. Neste particular, a intensificação da migração de retorno, fruto da incapacidade do Estado em absorver e “estabilizar” seus migrantes, seria uma das modalidades de deslocamento que permitiria, em boa medida, justificar as volumosas perdas populacionais apresentadas por São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZZONI, C.R. Indústria e reversão da polarização. *Ensaio Econômico*, São Paulo: IPE/USP, n.58, 1986.
- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil: municípios metropolitanos e não-metropolitanos. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2, 1999, Ouro Preto. *Anais...* Belo Horizonte: Abep, 2000a.
- _____. Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes, Brasil, 1980-1996. *Texto Nepo 35*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2000b.
- _____. *Reestruturação urbana*: algumas considerações sobre o debate atual. Campinas: Nepo/Unicamp, 1998. Mimeografado.
- _____. Redistribución espacial de la población: características y tendencias de caso brasileño. *Notas de Población*, Santiago de Chile, Año 35, n.65, 1997.
- BENKO, G. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. de; SILVEIRA, M.L. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1996.
- CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. 2. ed. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1998. (30 Anos de Economia – Unicamp, 2).
- _____. Algumas implicações espaciais da Terceira Revolução Industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M.F. (Org.). *O novo Brasil urbano*: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995.
- CANO, W.; PACHECO, C.A. Trajetórias econômicas e demográficas para a década de 90. *Cenários e diagnósticos*: a economia no Brasil e no mundo. São Paulo: Fundação Seade, 1992. (Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI, 1).
- CHAMPION, A. Population distribution in developed countries: has counter-urbanization stopped? *Population distribution and migration*. New York: United Nations, 1998.
- CUNHA, J.M.P. da. La movilidad intrarregional en el contexto de los cambios migratorios en Brasil en el periodo 1970-1991: el caso de la Región Metropolitana de São Paulo. *Notas de Población*, Santiago de Chile, n.70, 2000a.
- _____. Migrações no Centro-Oeste brasileiro: as tendências e características do período de 1986-1996. In: ENCONTRO DE DEMOGRAFIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE, 2, 2000, Brasília. *Anais...* Brasília: Codeplan/FNUAP, 2000b.
- _____. *Urbanización y redistribución espacial de la población en América Latina*: notas sobre tendencias y condicionantes. Santiago de Chile: Cepal/Celade, 2001 (Working Paper).
- _____. Aspectos demográficos da estruturação das regiões metropolitanas brasileiras. In: HOGAN, D.J. et al. (Org.). *Migração e ambiente nas aglomerações urbanas*. Campinas: Nepo-Unicamp/Pronex, 2001a.
- _____. Urbanization and metropolitanization in Brazil: trends and methodological challenges. In: CHAMPION, A.; HUGO, G. *Beyond the urban-rural dichotomy*: towards a new conceptualization of human settlement systems. Burlington/USA: Ashgate, 2003, no prelo.
- CUNHA, J.M.P.; BAENINGER, R. (Des)continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1970/91: qual o efeito da crise? *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas: Abep, v.16, n.1/2, jan./dez. 2000.
- _____. A migração nos Estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. In: HOGAN, D.J. et al. (Org.). *Migração e ambiente em São Paulo*: aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas: Nepo-Unicamp/Pronex, 2000.

- CUNHA, J.M.P.da; DEDECCA, C.S. Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo – Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas: Abep, v.17, n.1/2, 2000.
- DEDECCA, C.S. *Emprego e qualificação no Brasil nos anos 90*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1999. Mimeografado.
- DEDECCA, C.S.; BALTAR, P.E. de A. *Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, s.d. Mimeografado.
- DEDECCA, C.S.; CUNHA, J.M.P. da. Migração, trabalho e renda nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. *Anais ...* Campinas: Abep, 2002. Texto revisado em 2003 e submetido à *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*.
- DE MATTOS, C.A. *Globalización y metropolización en Santiago de Chile: una historia de continuidades y cambios*. Santiago de Chile: Metropolización en Chile Interrogantes y Desafíos, 2001.
- DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte: Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, v.31, n.11, 1993.
- EGLER, C. *Mudanças recentes no uso e na cobertura da terra no Brasil*. In: SEMINÁRIO MUDANÇAS AMBIENTAIS GLOBAIS: PERSPECTIVAS BRASILEIRAS. Campinas, Unicamp, 2001. Mimeografado.
- FARIA, V. A conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n.33, 1992.
- _____. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1, 1978, Campos do Jordão. *Anais...* São Paulo: Abep, 1978.
- FUNDAÇÃO SEADE. *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo: Fundação Seade, 1992.
- FUNDAÇÃO – Fundação do Desenvolvimento Administrativo. Tendências demográficas recentes e perspectivas para a próxima década. *Documentos de Trabalho, DT/QS 11*, São Paulo, 1991.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço*. São Paulo: Edusp, 1993.
- HUGO, G.J.; CHAMPION, A.; LATTES, A. New conceptualisation of settlement for demography: beyond the rural/urban dichotomy. In: IUSSP. *Proceedings of the XXIV International Conference*. Salvador, BA, 2001.
- IPEA/IBGE/NESUR. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1999.
- LAGO, L.C. *Estruturação urbana e mobilidade espacial: uma análise das desigualdades socioespaciais na metrópole do Rio de Janeiro*. 1998. 254 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.
- LATTES, A. Population distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration? *Population distribution and migration*. New York: United Nations, 1998.
- MARTINE, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Brasília: Ipea, 1994. (Texto para discussão, n.329).
- _____. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. *História e população: estudos sobre a América Latina*. Belo Horizonte: Abep, 1990.
- MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento de distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.1, n.1, 1984.
- MATOS, R. *Dinâmica migratória e desconcentração populacional na macrorregião de Belo Horizonte*. 1995. Tese (Doutorado) – Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.
- OLIVEIRA, K.F. de. *Dinâmica migratória em Sergipe dos anos 70 aos 90: uma análise a partir de alguns fatores estruturais*. 2003. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2003.
- PACHECO, C.A. *Fragmentação da nação*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1998.
- _____. Evolução recente da urbanização e da questão regional no Brasil: implicações econômicas para a dinâmica demográfica. In: CONFERENCIA LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 4, 1993, México. *Anais...* México, 1993.
- PERILLO, S.R. *Tendências da migração no Estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação Seade, 2002. (Press release).
- RIGOTTI, J.I. *Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. 1994. Dissertação (Mestrado) – Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 1994.
- RODRÍGUEZ, J.; VILLA, M. Distribución espacial de la población, urbanización y ciudades intermedias: hechos en su contexto. In: JORDAN, R.; SIMIONI, D. *Ciudades intermedias en América Latina y el Caribe: propuesta para la gestión urbana*. Santiago de Chile: Cepal, 1998.
- SILVA, J.G. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.7, n. 1, p.43-81, 1997.
- UNITED NATIONS. *Population growth and policies in mega-cities*. New York: Department of International Economic and Social Affairs, 1993.
- VEIGA, J.E. da. *Cidades Imaginárias*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- _____.
JOSÉ MARCOS PINTO CUNHA: Demógrafo, Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pesquisador do Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (zemarkos@nepo.unicamp.br).